

## Considerações finais

Leandro Alves Teodoro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TEODORO, LA. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Considerações finais. pp. 131-134. ISBN 978-85-393-0435-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as atividades desempenhadas pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no reino português ao longo do século XIV, chamaram a nossa atenção aquelas referentes aos serviços prestados pelo seu *scriptorium*. Ao analisarmos as obras do *scriptorium* desse mosteiro, confeccionadas no Trezentos, pudemos notar a intenção dos monges em fazer uso dessas fontes para exortar à prática das virtudes propostas na Regra, bem como para ensinar os modos de praticá-las corretamente. É válido observar que os monges, ao lerem esse livro, obtinham princípios básicos para o fortalecimento do corpo e da alma em seu cotidiano, praticando um conjunto de técnicas, cujo resultado esperado era principalmente o enobrecimento dos valores pessoais e coletivos. E como essa Regra era considerada o esteio desse mundo, isto é, peça-chave na organização de todas as funções sociais, concluímos, de antemão, que esse texto foi determinante para os cronistas crúzios pensarem as reflexões pedagógicas contidas nas obras refundidas pelo *scriptorium* do referido mosteiro.

Os crúzios julgaram necessário, especialmente no século XIV, expandir o número de obras compiladas, priorizando aquelas com melhor potencial para estimular clérigos e leigos a rememorar os ensinamentos de Santo Agostinho. Entre essas, as crônicas ocuparam um espaço destacado não só pelo seu compromisso de memória, mas

também por poder funcionar como um espelho de virtudes. Para os crúzios, o ensinamento das crônicas monásticas deveria fixar valores e posturas condizentes com um estilo de vida austero, regrado e atento aos fundamentos da religião cristã. Foi com esse propósito que deram os primeiros passos, em Portugal, para uma produção de um saber histórico com comprometimento moralizante.

Considerando esse caráter precursor do fazer cronístico monástico, partimos para o cotejo dessa produção com o fazer cronístico de Corte – duas produções aparentemente distintas –, mas que possuíam um objetivo semelhante, partilhando as mesmas esperanças de instruir grandes nobres do reino português. Enfatizamos, portanto, o modo como os referidos conjuntos documentais se concentraram na ação pedagógica, enraizada em valores da moral cristã, bem como nas ideias clássicas de justiça e temperança. Foi possível observar que, entre o mundo monástico e o universo de Corte, houve um comum acordo sobre que virtudes seriam elevadas e quais os principais pecados que se deveriam evitar; perspectivas, portanto, que se cruzavam graças ao objetivo comum de monges e homens de Corte de ordenar o mundo no qual viviam. E mais, vimos que, enquanto os crúzios aguardavam a chegada de novos tempos de prosperidade e o encerramento das guerras de Reconquista, os cronistas régios e seus contemporâneos concebiam a Corte como uma espécie de promessa cumprida, isto é, como se a chegada ao trono do monarca D. João I, anunciando o advento de uma nova casa dinástica, fosse a concretização das esperanças portuguesas por um período frutífero e próspero para todos do reino. Essa crença motivou reis e príncipes a estimular a escrita de novas obras que estabelecessem, principalmente, ensinamentos valorosos a respeito do modo de ser e de se portar nesses novos tempos; uma época marcada por uma preocupação crescente em relação ao ordenamento das posturas consideradas ideais aos períodos intensos de paz.

Para entendermos essa relação mosteiro/Corte, procuramos destacar que a peculiaridade do séquito de Avis esteve justamente em querer assumidamente se diferenciar da Corte que a antecedeu, insistindo na elaboração de tratados e crônicas feitos para preparar o corpo do nobre, em detrimento da escrita de obras cujos conteúdos

julgavam não conter os devidos ensinamentos. E foi, nesse empenho de se distinguirem, que os letrados da Corte buscaram nos mosteiros a sustentação dos seus relatos e foi ali que encontraram o tipo de material desejado. Esse material serviu aos homens de Corte para criarem parâmetros para pensar as formas de viver corretamente e colaborar para o aperfeiçoamento das condutas.

A influência dos mosteiros ocorreu com a chegada de várias obras monásticas à Corte, por exemplo, dos manuais de confissão de Martin Perez e dos tratados *Virgeu de consolaçon*, *Boosco deleitoso*, *Orto do esposo*, entre outros. No entanto, entre as obras monásticas consideradas importantes pelos letrados avisinos, foram as crônicas que mais chamaram a nossa atenção por algumas razões específicas. Primeiramente, podemos considerar que a escrita de crônicas foi a mais abundante tanto no espaço monástico quanto de Corte, tendo-se encerrado, em Santa Cruz, pouco tempo antes do período em que o poder régio assume a tarefa de impulsioná-la. Além disso, a escrita de crônicas foi a prática mais contínua em Santa Cruz desde a sua fundação, por isso o mosteiro foi, juntamente com o conde de Barcelos e sua *Crónica geral de Espanha de 1344*, o responsável por fundar uma escrita da história preocupada especialmente com as histórias de Portugal dos primeiros tempos do reino.

Uma das principais características do *scriptorium* de Santa Cruz foi pensar, nos moldes de Santo Agostinho: a guerra justa como um combate aos supostos anticristos, alinhando os portugueses ao lado do Bem, e os mouros, considerados impuros e inféis, ao lado do Mal. Os cronistas régios, diversas vezes, atualizaram essa crença de que a guerra era uma disputa entre o Bem e o Mal, na qual os portugueses sempre representavam o Bem. E a chegada dos tempos de paz seria a vitória definitiva sobre esses anticristos, mas, ao mesmo tempo, seria o tempo para que os homens de Corte se preparassem para se distinguirem dos seus inimigos, ou seja, seria o tempo para aprenderem as virtudes, ensinadas nas crônicas e praticadas para que viessem a ser registradas nelas. Os cronistas crúzios e de Corte pactuavam a ideia de que os grandes cavaleiros portugueses foram modelos de pureza e de formas de vida superiores, as mais exemplares entre as conhecidas.

Defendiam tais cronistas que os portugueses deveriam ser e tinham conseguido ser superiores aos outros povos, apegando-se aos valores mais elevados, como a justiça e a temperança; virtudes plenamente exaltadas pelos príncipes de Avis.

Nosso objetivo consistiu, assim, em apresentar as condições pelas quais a escrita de crônicas saiu de Santa Cruz de Coimbra para a Corte de Avis, graças à intervenção régia. Mais do que antecipar os trabalhos dos cronistas da Torre do Tombo, vimos que os procedimentos de composição dos crúzios serviram de parâmetro para que os cronistas Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina conseguissem elaborar as suas próprias crônicas. Desse modo, admitindo-se que os escritos monásticos transformaram-se em referência na Corte avisina, deve-se também aceitar a influência dos mosteiros não só na definição dos fundamentos da produção cronística, mas na formulação da própria moral avisina. Uma moral que se estrutura no jogo entre a importância da paz e a necessidade da guerra e que não se exime de definir supostos anticristos, nem tampouco afirmar o lugar do Bem e do Mal.